## N R EG

**ATA** 

70<sup>a</sup> Sessão Ordinária de 12/05/2017

**FDRP** 



1 ATA DA 70° SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE 2 RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Aos doze dias do mês de 3 maio de dois mil e dezessete, as quatorze horas, na Sala da Congregação da Faculdade de 4 Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em 1ª convocação, reúne-se a 5 Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - FDRP, sob a Presidência do Prof. 6 Titular Umberto Celli Junior, Diretor da Unidade, com a presença dos Professores Alessandro 7 Hirata, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Caio Gracco Pinheiro Dias, Camilo Zufelato, 8 Fabiana Cristina Severi, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Gustavo Assed Ferreira, Jair 9 Aparecido Cardoso, José Lino Oliveira Bueno, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, 10 Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez, Thiago Marrara de Matos. Representantes Discentes de 11 Graduação Yan Bogado Funck e Rodolfo Farias Gomes. Representante discente de Pós-12 Graduação: Raphael Andrade Silva. Representante dos servidores técnico-acadêmicos Daniela 13 Veríssimo Gomes. Presente, também, a Srª. Márcia Aparecida Cruz de Oliveira Bianco, 14 Assistente Técnica Acadêmica, para secretariar a reunião. Justificaram suas ausências, os 15 Professores Giselda Fernandes Hironaka, Ignácio Maria Poveda Velasco e Nelson Mannrich. 16 Havendo número legal, o Sr. Diretor inicia a Parte I. EXPEDIENTE. 1. Discussão e 17 votação da Ata da 69ª Sessão Ordinária da Congregação realizada em 10.03.2017. Não havendo manifestações contrárias, a ata é aprovada por unanimidade. 2. Comunicações do Sr 18 19 Diretor: a) aconteceu no período de 08 a 11/05, o concurso de Livre-Docência em Direito 20 Civil Patrimonial e Existencial, sendo habilitados os Professores Doutores Leonardo Estevam 21 de Assis Zanini e Marta Rodrigues Maffeis Moreira. Cumprimenta, especialmente, a Profa Dra 22 Marta Rodrigues Maffeis Moreira, docente da casa, que passa a integrar o grupo de professores 23 associados dessa Unidade. b) registra a divulgação do Termo de Relacionamento celebrado 24 entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, fundações de apoio à Universidade de São 25 Paulo (USP) e à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), e as duas 26 Universidades. Ofício GR/ CIRC/209, de 13/03/2017. Interessado: Universidade de São Paulo 27 Assunto: Termo de Relacionamento celebrado entre o Ministério Público do Estado de São 28 Paulo, fundações de apoio à Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual Paulista 29 "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). c) no período de 16 a 19.05 acontecerá o Concurso de 30 Livre-Docência em Direitos Humanos. O presidente da banca examinadora será o Prof. 31 Associado Rubens Beçak. Diz que lhe ocorreu algo, tendo em vista que nessa semana, e no próximo mês ocorrera outro concurso para o título de Livre-Docente com docentes externos à USP. Propõe uma reflexão, pois quando se trata de concurso de Livre-Docência de professores da casa, parece fazer todo o sentido que haja a utilização de recursos públicos. Pede para que imaginem uma situação em que há um candidato de fora, haverá toda uma mobilização de recursos públicos, pois gastarão muito com passagens aéreas e diárias, para ao final beneficiar uma pessoa que vai ter um titulo da USP. Comenta que eles não podem fazer nada, pois se de alguma forma tem que realizar concursos. Esclarece que fez as contas da quantidade de recursos públicos que utilizam e considera que deveriam mudar esse sistema. Considera ser óbvio que esses concursos dão visibilidade para a Faculdade, mas lhe preocupa a fato de estarem com poucos recursos. O Prof. Titular Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira pergunta se é cobrada taxa para a inscrição nesses concursos e ressalta que a revalidações de diploma tem taxas bem altas. O Sr. Diretor esclarece que a taxa de inscrição é de R\$80,00 e por problemas de isonomia não poderiam cobrar mais de um candidato por ser externo à USP. O Prof. Associado Rubens Beçak esclarece que para obtenção de revalidação de diploma a USP não é mais a única Universidade estatal titulada a fazer, pois hoje várias realizam, e algumas privadas também. Esclarece que, no caso dos concursos de livre-docência, é uma obrigação estatutária da USP oferecer esses concursos. Considera interessante a proposta de reflexão do Sr. Diretor, mas não vê como cobrá-la. d) nos dias 17 e 18.05, acontecerá o II Simpósio Crédito e Endividamento, organizados pela Profa Dra Iara Pereira Ribeiro e a Profa Associada Maria Paula Bertran. Essa edição vem contando com mesas redondas e grupos temáticos que abordam o crédito e o endividamento de forma plural e interdisciplinar. e) no dia 29/05 acontecerá o evento Contribuições do direito processual para o desenvolvimento no Estado Democrático de Direito, palestrante Prof. Lorenzato Mateo Bujosa Vadell, professor catedrático da Universidade de Direito da Salamanca, Espanha. Evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação da FDRP. f) registra que na semana passada esteve junto com o Diretor da FEARP, o Professor Titular Dante Pinheiro Martinelli, na Universidade de La Frontera, no Chile, localizada na cidade de Temuco, que fica a 700 (setecentos) quilômetros da cidade de Santiago. Comenta que foi uma experiência muito boa, a Diretora da Faculdade de Ciências Jurídicas e Empresariais, que não tem formação jurídica, pois se trata de uma Faculdade que une Economia e Direito. Lembra a que a Diretora esteve na FDRP uma vez acompanhada de um professor trazida pelo Professor Associado João Luiz Passador da FEARP e lhes falou da

32

33

34

35

36

3738

39

40

41

42

43

44

45

46 47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61



Universidade e seu encanto com o campus de Ribeirão Preto, e com a FDRP. Comenta que a Diretora da Faculdade do Chile disse na ocasião que era exatamente isso que ela estava procurando, estabelecer parcerias, pois já tinham parceria com a FEARP e gostaria dessa parceira com a FDRP também. Comenta que foi feito o convite para que eles fossem ao Chile e a Diretora, com mandato de 3 (três) anos, a cada ano tem que fazer uma apresentação de contas públicas, prestando essa declaração em uma solenidade em que esta Diretora colocou como uma de suas próximas realizações a assinatura de um convênio com a FDRP. Diz que ficou muito impressionada com a infraestrutura dessa Universidade, Temuco é uma cidade que possui 300.000 (trezentos mil) habitantes, e é uma cidade universitária, de forma que, com o apoio da CRInt/FDRP, a minuta de contrato já foi aprovada pelo CTA e está em via de ser aprovada pelos competentes da Universidade. Registra que o convite foi feito pela Universidade de La Frontera que custeou todas as despesas. 3. Eleição. 3.1. Eleição de um membro docente titular para integrar a Comissão Permanente de Publicações, tendo em vista o término do mandato do Prof. Dr. Camilo Zufelato. Interessados: Thiago Marrara de Matos e Paulo Eduardo Alves da Silva. O Prof. Associado Thiago Marrara de Matos diz que se afeiçoa muito a essa comissão, mas já possui outras comissões, por isso afirma que gostaria de ser suplente, mas como não há essa possibilidade prefere indiciar o Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva e retira sua candidatura. Por aclamação é eleito o Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva, como membro da Comissão Permanente de Publicações. O Prof. Titular Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira pergunta qual o objetivo dessa comissão. O Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes esclarece que há algum tempo ele e o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos tiveram a ideia de elaborar uma revista científica e entenderam que há uma série de procedimentos para fazer dos pontos de vista formal e material. Considera interessante para a Faculdade fomentar essa iniciativa dos colegas. Esclarece que foi um longo processo e chegaram a conclusão que seria interessante montar uma comissão para cumprir esse papel institucional de fomentar a criação de revistas. Comenta que hoje há duas revistas, sendo uma em Direito Público, e uma em Direito Administrativo, cujo editor-chefe é o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos. O Prof. Associado Thiago Marrara de Matos comenta que, no futuro, a ideia é ter um setor de revistas. Diz que o Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes também tem um projeto de revista de Direito Tributário e já há uma revista que está no Qualis, e o intuito futuro é ter essa Comissão de Apoio para as revistas, com áreas operacionais,

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89 90

91

como existem em outras faculdades. Comenta, ainda, que o Departamento de Direito Público aprovou recentemente, por iniciativa do Prof. Associado Rubens Beçak, com parecer do Prof. Associado Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez, uma normativa de distribuição dos overheads, para que parte deles sejam direcionados as revistas dos professores do departamento. Considera que com esses recursos conseguirão concretizar a proposta de ter um setor mais operacional, e talvez tenham que mexer na estrutura dessa comissão. 4. Palavra aos Senhores Presidentes de Comissões. Comissão de Graduação: O Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho informa que o ponto de pauta que foi retirado da deliberação da Congregação a seu pedido, hoje, respeita a uniformização dos procedimentos de reconhecimento e revalidação do diploma estrangeiro pela FD e FDRP. Comenta que a Pró-Reitoria de Graduação está em um empenho muito importante e muito atrasado de fazer com que cursos que são oferecidos por unidades diferentes tenham o mesmo procedimento de revalidação de diplomas. Lembra que foram feitas várias reuniões com o presidente da CG/FD e conseguiram chegar a um texto que aprovaram na CG/FDRP e que está em deliberação na CG/FD. Esclarece que a nova regra é muito parecida com a normativa da FDRP, pois já está de acordo com a própria normativa da Universidade. Esclarece, ainda, que o sistema que utilizam na FDRP hoje, de uma análise prévia, e aplicação obrigatória de provas poderá continuar como já faziam. Esclarece, também, que pediu para retirar o ponto de pauta, pois não faz sentido aprovarem uma nova diretriz para uniformizar a normativa sem saber se a CG/FD vai aprová-la. O Sr. Diretor elogia o trabalho que o Prof. Nuno tem feito, sendo esse trabalho muito importante em colaboração com a CG/FD. Considera muito razoável a proposta de retirar a assunto de pauta para futura deliberação. Comissão de Pós-Graduação: O Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira registra que ocorreu a prova escrita no 4º processo seletivo do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, nível de Mestrado. Esclarece que foram 199 (cento e noventa e nove) candidatos habilitados para a realização da prova, os resultados devem ser entregues pelos professores que corrigiram as provas até a próxima segunda-feira. Diz que sua expectativa é de que consigam qualificar ao menos 50 (cinquenta) vagas para a última fase, com média 6 (seis) ou superior, para, na última fase, disputar as 33 (trinta e três) vagas. Considera bom que tenham um número um pouco maior para a última fase, para que possam conhecer um amplo número de projetos de pesquisa, analisar melhor os currículos dos candidatos e poder fazer uma fase final com direito a escolha. O Sr. Diretor

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

elogia o trabalho da Comissão de Pós-Graduação e dos professores. Diz que viu e ficou realmente muito impressionado, pois os professores formularam e corrigiram as provas de proficiência em línguas, o que foi um esforço adicional da comissão. Parabeniza a todos os professores que colaboraram com esse processo. Comissão de Cultura e Extensão Universitária: A Profa Dra Fabiana Cristina Severi comunica que o Programa Universidade aberta a Terceira Idade da Unidade conseguiu, por meio das respostas dos docentes que já responderam ao questionamento da comissão, a abertura de vagas em 12 (doze) disciplinas regulares, sendo o maior número de vagas de conseguiram até hoje. Comunica, também, que de 23 a 28.10.2017 será realizada a Semana USP de Ciência e Tecnologia, e o tema é "A matemática está em tudo". Esclarece que esse ano o evento é combinado com a Pró-reitoria e as Comissões de Pesquisa; já houve uma reunião conjunta em 09.05 para tratar sobre esse evento e a ideia é ter uma programação bastante rica, voltada ao público externo à Universidade, envolvendo todas as Unidades do campus, tendo como eixo central o papel da matemática nas várias ciências. Comenta que os docentes também estão convidados e podem conversar com ela e com o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos, para sugestão de propostas da Faculdade que tenham esse eixo. Informa que no dia 09.05 houve a visita monitorada de Ensino Médio na Unidade, um evento que acontece anualmente, foi o Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes que recebeu os alunos. Considera uma atividade importante, pois é o momento em que alunos da rede particular e pública da região conhecem a Faculdade. Comunica que este mês está ocorrendo o Curso de Finanças Públicas, ofertado pelo Prof. Dr. Gabriel Loretto Lochagin. Esclarece que é um curso gratuito e tiveram 56 (cinquenta e seis) inscritos, ultrapassando as 50 (cinquenta) vagas iniciais. Diz que isso enfatiza o sucesso da atividade e da forma como tem sido conduzida, e há um público externo majoritário em relação à Faculdade e ao campus, sendo da cidade mesmo, o que mostra uma satisfação em relação à Faculdade com o público externo. Comissão de Pesquisa: O Prof. Associado Thiago Marrara de Matos comenta que pediu aos docentes fazer um cadastro no Google Scholar que é uma ferramenta que a Google oferece para o mapeamento de citações. Considera que é uma ferramenta bastante imperfeita ainda, mas serve tanto para a Comissão de Pesquisa verificar o impacto da atuação científica dos docentes, e também serve para os professores verificarem aonde eles devem publicar, pois a ferramenta dá esse retorno acerca do impacto dos periódicos e das leituras de cada artigo. Informa que os docentes terão a ajuda do servidor Éder Gonçalves

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

de Pádua, que estará a disposição dos docentes, cadastrando o nome de todos os professores que pediram, já houve um aumento de cadastros e quase metade dos professores da Unidade já está cadastrado na plataforma. Agradece aos Professores Gustavo Saad Diniz, Sebastião Sérgio de Oliveira, Rubens Beçak, e outros que se dirigiram ao servidor Éder Gonçalves de Pádua para fazer esse cadastro. Diz que ainda há muitos professores sem cadastro. Reforça o pedido para que os professores se cadastrem, alguns podem se sentir um pouco expostos, não há necessidade de que o perfil seja público, mas podem informar o servidor somente para que tenham um mapeamento do impacto da pesquisa na FDRP. Comenta que tiveram ótimas surpresas com docentes que tiveram cadastros, pois não imaginavam que tinham vários docentes com impacto muito grande, com muitas citações e ele não tinha a menor ideia sobre isso. Informa que estão no prazo de inscrições do Edital PIBIC até 24.05, e quem quiser mandar projetos de iniciação estão aceitando. Diz que estão tentando fazer um ciclo de palestras internacionais, inicialmente mobilizando os professores da própria comissão para indicarem nomes de palestrantes internacionais. Lembra que enviou um email ao Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes que está ajudando a acoplar esses palestrantes a Pós-Graduação Stricto Sensu, pois é muito importante para a pontuação do programa. Diz aos professores que tenham interesse de colaborar com esse ciclo que a ideia é divulgar um calendário anual dessas palestras, com a ajuda e patrocínio do Sr. Diretor. Cita o Seminário da USP de Ciência e Tecnologia com o tema Matemática em tudo. Diz que pensaram no que fazer com a matemática no Direito, e uma primeira ideia foi valorizar um projeto de extensão que tem muito impacto social, que é o projeto das Professoras Maria Paula Costa Bertran Muñoz e Iara Pereira Ribeiro sobre superendividamento. Comenta que as professoras já tem oferecido consultoria à população nesse tema e pensaram em consultá-las para que, em uma ideia inicial, a Faculdade participe dessa Semana de Cultura e Ciência. Diz que estão abertos a outras propostas, e quem tiver propostas envolvendo Direito e Matemática digam a Comissão de Pesquisa. O Sr. Diretor reitera que o projeto tem todo o apoio da Diretoria e também salienta a relevância desse projeto da Profa Dra Iara Pereira Ribeiro, do superendividamento. Diz que espera que esse projeto encontre, fisicamente, abrigo na Casa 4. Informa ao Colegiado que dispunham de um valor de R\$598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil reais) que havia sido repassado pela Reitoria para reforma da Casa 4. Esclarece que na semana passada realizaram a tomada de preços e várias empresas de Ribeirão Preto e da região participaram. Comenta que

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

foram 22 (vinte e duas) empresas e o preço de referência era o valor que dispunham e o valor oferecido foi bem inferior. Esclarece que o menor valor oferecido foi de R\$398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil reais), e uma vez que a casa fique pronta, vai lhes permitir utilizar esse recurso para o mobiliário e toda a parte de infraestrutura interna de informática. A parte externa já está em tratativa com a prefeitura do campus. As casas 1, 2 e 3 serão aproveitadas como novo centro de recursos humanos. A estrutura externa será feita em conjunto com a prefeitura. Esclarece que essas atividades, além do Najurp, Cejusc e o Centro de Práticas Jurídicas serão transferidas para a Casa 4 e estão trabalhando para conseguir um advogado que possa ajudar os alunos em seu trabalhos de estágio na própria Faculdade. Comissão de Relações Internacionais: O Prof. Associado Alessandro Hirata comunica que na semana passada a CRInt organizou a 3ª edição do Evento "Mundo em 90 minutos" que conta com a participação dos alunos da Faculdade que passaram pelo menos um semestre nos programa de internacionalização da Faculdade. Considera que esses alunos podem passar essa experiência com muito sucesso para os demais alunos. Informa que em virtude dos convênios que possuem com a Faculdade, conseguiram que todos os alunos inscritos em vagas para intercâmbios fossem contemplados, e no próximo semestre cursarão disciplinas no exterior. Como já relatado pelo Sr. Diretor, comenta que o convênio com a Universidade de La Frontera do Chile é uma iniciativa bastante interessante, pois além de aumentar o número de convênios da Faculdade na América do Sul, que tem recebido procura constante dos alunos, tem a característica de ter sido trazido pela FEARP, com o Professor Associado João Luiz Passador, que já tinha esse convênio, e muito provavelmente resultará em projetos não somente deles com a Universidade de La Frontera, mas conjuntamente com a FEARP também. Esclarece que o convênio não pôde ser assinado porque eles mudaram o nome do representante na hora, mas agora já mandaram o nome de quem será o coordenador do convênio por parte na Universidade Chilena, foi aprovado hoje no CTA e nas próximas semanas já deverá ser assinado pelas instâncias superiores. Comunica que na semana ele e a Prof<sup>a</sup> Associada Cíntia Rosa Pereira de Lima lançarão, pela CRInt e pela coordenação do convênio com a Universidade de Camerino, o Edital para o programa de Duplo Diploma que possibilitará que os primeiros 5 (cinco) alunos da Faculdade participem desse programa. Nesse primeiro semestre, que será aberto para os alunos do 3º e 4º anos, excepcionalmente, pois é a primeira vez que abrem esse Edital podendo escolher esse alunos que vão cursar 3 (três) semestre na Universidade de

187

188

189

190 191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

Camerino. O Sr. Diretor informa que, em relação ao convênio com a Universidade de La Frontera, e ideia é de que, uma vez assinado o convênio com eles, em uma etapa posterior, assinarão um convênio tripartite, incluindo a FEARP. 5 - Palavra aos Senhores Membros. O Representante Discente Yan Bogado Funck solicita a inclusão de 1 (um) item na pauta para deliberar, sobre a possibilidade da permanência dos representantes discentes suplentes nas reuniões da Congregação. O Sr. Diretor pergunta ao Colegiado se incluem o assunto na Ordem do Dia. Após algumas manifestações favoráveis por parte dos professores Thiago Marrara, Gustavo Assed Ferreira, Caio Gracco Pinheiro Dias, Alessandro Hirata e Nuno Manuel M. S. Coelho, a Congregação delibera, por unanimidade, pela inclusão do referido item na Ordem do Dia. O Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho registra o falecimento do Prof. Emérito Antonio Candido. Considera o professor de importância absoluta para a história desta Universidade, e para a história da Cultura Paulista e Brasileira. Solicita que aprovem uma nota de condolências em nome da Unidade, que fosse encaminhada para a FFLCH, e para o Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada e igualmente para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Sr. Diretor diz que lamenta profundamente o falecimento desse grande intelectual brasileiro, e consulta o Colegiado se podem aprovar o envio dessa nota. A Congregação aprova, por unanimidade, o envio da nota de condolências ao Professor Emérito Antônio Candido conforme sugerido pelo Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho. O Prof. Titular José Lino Oliveira Bueno diz estar chocado com a notícia do falecimento do professor, e solidariza-se com a iniciativa da Congregação. Considera que o professor foi um marco na história da cultura do pensamento e da condição brasileira. Comenta que está muito preocupado com a situação conflitante em que os alunos da Universidade estão sendo colocados, e de modo especial os alunos da área de direito. Considera que há uma situação em que o país tem uma história de excelência na formação jurídica e isto que, especialmente, os docentes passam para os alunos, as instituições tem passado e o aluno escolhe fazer Direito tendo em vista esse ideal e a visão da contribuição que poderá dar para o próprio país. Por outro lado, comenta que estão enfrentando uma realidade em que todos os dias tem uma notícia no jornal dizendo que alguém da área jurídica transgride normas jurídicas, até normas da própria constituição. Diz que esses comentários não se tratam de situações de interpretação, mas um debate que está sendo colocado publicamente. Diz que sua preocupação é com a dissonância

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

cognitiva que isso criar na cabeça do aluno, diante de uma situação, um ideal, um ensinamento, 249 250 uma proposta de ação em função da sociedade e dele mesmo, em uma realidade que vem contrária a formação do aluno e das consequências que isso pode trazer para a sua formação. 251 252 Diz, ainda, que fala a título de registro e não, necessariamente, de proposta, que não tem nem 253 condições de o fazer. O Sr. Diretor agradece ao Prof. Titular José Lino Oliveira Bueno. 254 Considera ser uma reflexão muito importante que de fato cria conflitos, principalmente nos 255 jovens alunos, e aqueles que ainda vão ingressar em uma Faculdade de Direito, diante da postura ética de alguns profissionais que são formados pelas faculdades. Considera, ainda, que 256 257 talvez, ninguém tenha uma solução imediata, mas a reflexão é muito bem vinda e a questão ética 258 sempre é muito importante, assim como é muito importante ter a opinião de alguém externo à 259 área de direito, pois enriquece ainda mais o debate. O Sr. Diretor inicia a Parte II - ORDEM DO DIA - 1 - RECREDENCIAMENTO CERT. 1.1 - PROCESSO 2013.1.303.89.0 -260 261 JULIANA DE OLIVEIRA DOMINGUES. Solicitação de recredenciamento junto à CERT - Comissão Especial de Regimes de Trabalho, formulada pela interessada. Aprovada ad 262 263 referendum do Conselho do Departamento do Direito Público em 7.4.2017. Parecer do relator: 264 Prof. Associado Alessandro Hirata, opinando favoravelmente a solicitação de recredenciamento junto à CERT - Comissão Especial de Regimes de Trabalho, formulada pela interessada. A 265 266 Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator, favorável à solicitação de 267 recredenciamento junto à CERT - Comissão Especial de Regimes de Trabalho, formulada pela interessada. 2 - RELATÓRIO BIENAL DE ATIVIDADES 268 DOCENTES. 2.1 - PROCESSO 2010.1.311.89.0 - ROGÉRIO ALESSANDRE DE 269 270 OLIVEIRA CASTRO. Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pelo 271 interessado, referente ao período de 2015/2016. Aprovado ad referendum do Departamento de 272 Direito Privado e de Processo Civil em 10.3.2017, como base no parecer favorável do relator, 273 Prof. Dr. Jonathan Hernandes Marcantonio. Parecer do relator, Prof. Associado Gustavo 274 Assed Ferreira, pela Congregação, opinando favoravelmente ao Relatório Bienal de Atividades 275 Docentes, apresentado pelo interessado, referente ao período de 2015/2016. A Congregação 276 aprova, por unanimidade, o parecer do relator, favorável ao Relatório Bienal de 277 Atividades Docentes, apresentado pelo interessado, referente ao período de 2015/2016. 278 2.2 - PROCESSO 2011.1.29.89.3 - FABIANA CRISTINA SEVERI. Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de 2015/2016. 279

Aprovado pelo Departamento de Direito Público em 30.3.2017, como base no parecer favorável do relator, Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias. Parecer do relator, Prof. Dr. Camilo Zufelato, pela Congregação, opinando favoravelmente ao Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de 2015/2016. A Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator, favorável ao Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de 2015/2016. 3 - CARGO PARA PROFESSOR TITULAR. 3.1 - PROCESSO 2015.1.584.89.0 -FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO. Discussão sobre os requisito para solicitação de Cargo de Professor Titular nos termos do item 6 das Diretrizes Gerais para distribuição de cargos de Professor Titular com base nos critérios aprovados pela Unidade. O Sr. Diretor diz que tem sido um pleito antigo, o da Faculdade, o envio de cargos de Professor Titular. Comenta que no ano passado a Congregação aprovou a política e o perfil de Professor Titular, bem como o plano de ação para a ampliação de professores com perfil compatível com o cargo de Professor Titular. Lembra que no dia 16.02.2017 encaminhou um ofício ao presidente da Comissão de Assuntos Acadêmicos que foi reconduzido recentemente como presidente, em que reitera o pedido dessa Faculdade com relação aos cargos de Titularidade. O pedido parece ter surtido efeito e receberam cópia do parecer que foi feito pela Comissão de Atividades Acadêmicas, com relação ao perfil de Professor Titular. Esclarece que o parecer favorável, tanto para o perfil, como para o plano de ação para ampliação de professores com o perfil compatível ao cargo de Professor Titular foram aprovados. Lê o último trecho do parecer da CAA que diz: "..O plano de ação para ampliação dos professores compatível ao cargo de Professor Titular também está dividido em três partes: Ações de curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar que a Unidade tem, hoje, 37 (trinta e sete) docentes divididos em três departamentos, sendo 16 (dezesseis) do DPP, 8 (oito) no DFB e 13 no DDP. Destes 30% são professores associados, sendo 5 (cinco) no DDP, 4 (quatro) no DFB e 2 (dois) no DPP....". Afirma que no relatório diz também que: "...essa homogeneidade deve ser trabalhada. Com base no exposto recomendamos a aprovação de ambos documentos...". Esclarece que com base nesse parecer a CAA aprovou como critérios acadêmicos, nos termos do item 6 das Diretrizes gerais para distribuição e concessão de cargos de Professor Titular, os documentos encaminhados pela Unidade, para que a Faculdade tenha a possibilidade de atingir uma relação adequada entre o número de professores titulares e o total de docentes, estando apta a solicitar

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

1 (um) cargo de Professor Titular a partir do ano vigente. Portanto a Faculdade está apta a solicitar esse cargo. Esclarece, ainda, que estar apto não significa que já tenham esse cargo, o cargo não veio ainda para a Faculdade. Para tanto cada um dos departamentos terão que apresentar tabelas preenchidas com a relação dos seus professores e suas publicações. Esclarece que são tabelas muito parecidas com o que já fizeram no passado, que descreve a situação de cada departamento. Informa que na próxima semana encaminharão um ofício para os departamentos com base nos formulários que receberam da Secretária Geral para que os departamentos preencham esses formulários, e na próxima reunião, diante do preenchimento desses relatórios, estarão aptos a deliberar sobre esse cargo. A Congregação examinará esses relatórios e irá deliberar para qual departamento a Unidade deve pedir esse cargo. Diz que na primeira pauta que foi colocada no Sistema Nereu, como não havia ainda a compreensão disso, foi alterado o item com uma discussão que considera saudável e salutar para que possam iniciar agora sobre esse importante assunto para a Faculdade que certamente contribuirá para a deliberação da Congregação que poderá ocorrer no mês seguinte. O Prof. Associado Rubens Beçak parabeniza a iniciativa do Sr. Diretor em colocar a discussão. Comenta que, na qualidade de Chefe de Departamento, em um primeiro momento, não estava entendendo porque o assunto já estava em um ato mais definitivo e não uma discussão. O Sr. Diretor diz que precisou ligar ao Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco para esclarecer os fatos. O Prof. Associado Rubens Beçak considera ser ótimo que já tenham a estrutura para ter um segundo professor titular, depois de 10 (dez) anos, mas é muito pouco. Considera, ainda, que essa é uma discussão de toda a Faculdade, que já está no seu décimo ano e tem indicadores de pesquisa, graduação, pós-graduação e cultura e extensão que são notáveis e muito acima da média da própria USP. Diz que causa estranheza a deliberação da CAA, pois realmente a Unidade, em sua maneira de ver, fica aquém daquilo que seria necessário para uma implementação efetiva do seu PPP reelaborado e em fase de implementação. Comenta que está preocupado com uma unidade com 42 (quarenta e dois) claros formais e fique com a perspectiva de um único cargo de Professor Titular, pois isso faz parte da carreira acadêmica. Muito mais do que ambições pessoais e quereres que são naturais na progressão da vida acadêmica para a própria implantação do que a Faculdade deseja ser no cenário uspiano e nacional. Considera que fica para o Sr. Diretor, que encerra seu mandato nos próximos meses, ou para o próximo, esta necessidade de uma discussão assertiva com a CAA e seu presidente em

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

um nível reitoral das necessidades existentes aqui. Trata-se de uma pequena Unidade, mas pode compará-la ao IRI, que é uma Unidade pequena, mas com um número de professores titulares maior, bem como a EEFERP, EEFE e a EACH. Diz que estão por ter recebido o cargo mas, descontente pelo número de cargo que veio. Em uma segunda questão, considera que, muito antes disso, o DDP já fez um levantamento, pois imaginava que isso viria, e já tem algumas planilhas preenchidas com base do sistema Tycho, que apesar de se dizer que passa por atualizações diárias, não é verdade, pois existem casos em que não há atualização de alguns docentes no Lattes. Comenta que existe uma pré-descrição e depois vão transformar isso naquilo que a Assistência Acadêmica precisa, segundo as palavras do Sr. Diretor. Diz que gostaria de propor que a discussão fosse mais ampla possível, para que mesmo sendo um cargo só essa distribuição se fizesse dentro daquilo que aproveita ao PPP e ao crescimento dessa Faculdade. Diz ter certeza que suas palavras serão complementadas pelo colegas presentes, pois senão estarão, simplesmente, distribuindo claros para necessidades pessoais deste ou daquele departamento, e dentro dos departamentos as necessidades de progressão individual que cada pessoa possa ter na sua vontade de progredir academicamente. Entende que a deliberação da Congregação, que pode ser feita nessa sessão, como em sessões futuras, deve ser a mais ampla possível, no sentido de pensar institucionalmente aquilo que aproveitaria melhor a Unidade. O Prof. Associado Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez elogia o Sr. Diretor e mantém as ideias iniciais para que possam pensar. Diz que conversou ontem com o Prof. Associado Rubens Beçak, como chefe do seu departamento, e deixou clara a sua posição. Considera que houve um consenso de que o Prof. Associado Rubens Beçak falou e reitera que estão em uma situação muito difícil, de ficarem com essa atribuição de escolher o departamento. Diz que pelas suas regras já tem uma opinião formada, em qual departamento voltaria nesse momento, pelo número de livre-docentes e pela antiguidade. Diz, ainda, que isso vai ficar para uma próxima reunião. Considera muito difícil, mas sugere a possibilidade de oficiar a Reitoria de que se trazer apenas um cargo para a Faculdade cria uma situação de absoluta falta de critérios objetivos, pois acabarão contemplando um só departamento e dentro desse departamento, uma só área. Considera que é um número insuficiente para as pretensões da Faculdade. Diz que na FD saem 2 (duas) a 3 (três) vagas por departamento, quando há aposentadoria sempre é reposto, e os docentes aqui ficam com o sentimento de estar o dia inteiro só na academia, concursos de livredocência sendo realizados, e todos se esforçando com suas teses e de repente vêm uma vaga.

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

Diz saber que estão em uma unidade em formação, mas chega um momento em que se sentem muito mais diminuídos do que já são. Considera que é o momento de refletir, não hoje, nos critérios, mas se não mereceriam uma atenção maior por terem um número de professores reduzido. Considera, ainda, que o futuro seria aumentar o número de cargos gerais de docentes, pois todos estão trabalhando loucamente, sem exceção. Diz que em outras unidades há tantos professores podendo pesquisar muito mais, participar do governo, viajar, e os docentes daqui em um sem fim de trabalho, sem nem a perspectiva do cargo de Professor Titular existir. Considera isso decepcionante demais, mesmo sabendo que isso faz parte dos planos da Faculdade. O Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho acredita que devam compreender esta fase da implementação da Faculdade como uma oportunidade, um momento em que a Faculdade poderá se tornar maior, mais competente, mais importante do ponto de vista cultural, na cidade, no estado e no Brasil. Diz que a sua primeira preocupação é de divisem este processo da contratação dos professores titulares da perspectiva da instituição, da forma tão radical quanto sejam capaz de fazer. Considera que perspectivas deles movidos pela própria dinâmica da Faculdade não é esta, pois vem muitas vezes o cargo de professor titular como um momento da vida individual do professor. Propõe que pensem na contratação desse corpo de titulares que há de vir como um momento da instituição, da FDRP, e que isso possa os colocar em outro lugar. Diz que uma segunda questão diz respeito à dificuldade de fazerem isto em um contexto institucional com regras que dificilmente permitam que essa distribuição de vagas seja feita de acordo com estas perspectivas. Considera que o modo como as vagas são distribuídas para as unidades, depois como as unidades distribuem para os departamentos, depois como os departamentos distribuem entre as áreas tende a ser sempre pensando e adequando ao jogo político que caracteriza aquela Unidade, aquele departamento. Considera, ainda, que se gastarem esse momento em que a titularidade vai ser implantada na Faculdade simplesmente atendendo um jogo político com o qual estão acostumados. Acredita que se a Faculdade passar pela fase de adquirir os professores titulares dessa forma estará, depois, do mesmo tamanho em que entrou e não ganharão nada com o processo. Considera que precisam mudar o modo como a construção da titularidade vai acontecer, não aceitando o modo como ela pode, naturalmente, vir a acontecer, especialmente se observarem a tradição da FD, por exemplo. Diz que aqui estão naturalmente inclinados, pois muitos são formados lá e agem da mesma maneira. Acredita ser importante repensarem a construção da titularidade na

373

374

375376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

Faculdade. Esclarece que na FD a vaga vai para um departamento em uma área, e isso é definido por uma disputa entre associados poderosos e estão em uma fila, pede que o corrijam se estiver errado, pois como estudante ouvia falar do funcionamento das coisas. Considera que é esse jogo político que define para qual departamento e área vai a vaga de professor titular, o que contribui para eternizar essa estrutura que tem percebido nessa Faculdade, que é contrária ao fortalecimento acadêmico da instituição. Diz que perceberam, quando criaram o programa de Pós-Graduação, que a estrutura departamental da Faculdade não tem nada a ver. Considera que o programa de Mestrado da Faculdade não recebe nenhuma contribuição do fato de serem departamentais, ao contrário, atrapalha a nucleação em projetos de pesquisa, por exemplo. Comenta, diante da reforma do Projeto Político Pedagógico, e a perspectiva toda, que foi consensual sobre a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, e hoje o Projeto Político Pedagógico tem dificuldades em ser implantado na estrutura departamental. O que prejudica que tenham uma graduação que entenda as necessidades contemporâneas. Considera que, talvez, o tema da titularidade seja o ensejo para repensarem a Faculdade de modo a fazer com que seja melhor, inclusive no que diz respeito a essa estrutura departamental, se realmente precisam de departamentos. Faz homenagens ao Prof. Dr. Camilo Zufelato que por anos critica essa estrutura e custou muito a ficar claro para ele. Acredita que não devem ter uma vaga hoje, outra amanhã, outra depois de amanhã, pois se ela vier pingando, necessariamente vai ser distribuída na lógica dos interesses individuais em que estão envolvidos. Diz não estar falando mal de alguém, pois também participa dessa lógica, assim como todos desde quando trabalham na Faculdade. Comenta que se não tivessem departamentos poderiam ser cargos para a Faculdade, como a EACH, EEFERP e outras fazem. Considera que se vencessem a departamentalidade, os cargos poderiam ser oferecidos na perspectiva da interdisciplinaridade da possibilidade da construção de diálogos muito mais amplos do que aqueles que fazem hoje. Exemplifica que a EACH faz concurso para artes e humanidades, os candidatos a Professor Titular são convidados a fazer um debate em um concurso que lida sempre com o diálogo com outras áreas. Considera que se seguissem um exemplo assim poderiam ter melhores condições no futuro de uma Graduação e Pós-Graduação mais forte tendendo a princípios mais contemporâneos, promovido e incentivado por uma titularidade reputada com esta perspectiva. A Profa Associada Cíntia Rosa Pereira de Lima diz que concorda com os professores que lhe antecederam no sentido de que o projeto da distribuição desses cargos deva ser um projeto

404

405

406 407

408

409

410

411

412

413414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

com características institucionais e verificando os critérios para análise a estrutura de departamentos da Unidade é uma realidade, e nesses critérios, o artigo 2º diz: "...Os Departamento, com o número regimental mínimo de docentes e o mérito acadêmico requerido, terão, pelo menos 2 (dois) cargos de Professor Titular...". Diz que os próprios critérios demonstram uma preocupação nessa distribuição democrática, quando a estrutura de departamentos existe. Considera que existe a necessidade de atuar na Reitoria para que pudessem ter essas vagas para os departamentos e ai sim uma distribuição democrática desses cargos para que atender a estrutura atual. Diz que lhe preocupa a existência de se pensar em uma estrutura não departamental para depois ter essa análise. Diz que entendeu que os departamentos devem apresentar os formulários de imediato, para que na próxima reunião deliberem. Considera que hoje não podem fugir da estrutura que existe na Unidade, que é departamental, e diz ser necessária a distribuição democrática desses cargos. Manifesta-se o Prof. Dr. Camilo Zufelato cumprimentando o Sr. Diretor por já ter iniciado discussão, que lhe parece ser um dos pontos mais sensíveis que irão enfrentar ao longo desse ano, pois se trata de um ano importante em vários aspectos. Considera que devem discutir os critérios e todos são conscientes de que esse é um dilema que se pauta de alguma forma, sempre em uma deliberação dos próprios interessados, pois são interessados diretos nessas vagas. Considera, ainda, que isto pode contaminar, de alguma forma, essa discussão. De outro lado, devem pensar nos grandes objetivos, nas grandes linhas mestras da Faculdade, de um projeto que é novo em todas suas dimensões, não só o da Graduação, como também o do Mestrado. Considera, também, que um projeto de Graduação que tem uma comunicação com extensão e com pesquisa, ou seja, tudo é novo, o contexto é novo. Diz que estão levando em consideração o número atual de livres-docentes por departamento e como esses concursos foram definidos. Considera que estão tirando uma fotografia deste momento, e pensando na abertura de vagas para algo que, por natureza, tende a ser muito estável. Comenta que se deve tomar muito cuidado com algo que há hoje em relação à distribuição de livres-docentes, para que isso não seja o único indicador para as vagas de professor titular que venham. Considera que precisam levar em consideração nessa discussão que é muito artificial tratarem uma Faculdade com quarenta docentes em três departamentos. Considera, ainda, que a lógica das normativas da USP é, aproximadamente, um departamento como sinônimo de Faculdade, e dentro desse departamento eles tem, em algumas situações, 200 (duzentos), 250 (duzentos e cinquenta), 100

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452 453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

(cem) ou 80 (oitenta) docentes. Esse número de 40 (docentes) se torna uma artificialidade que mais prejudica que ajuda. Comenta que a disciplina de Processo Civil está no Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, é o maior exemplo dessa artificialidade, pois deveria pertencer ao Departamento de Direito Público. Comenta, ainda, que o próprio Processo do Trabalho também está alocado no Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, assim como todas as áreas setoriais de cada departamento, muitas vezes tem uma distância enorme entres elas. Comenta, também, que dentro do Departamento de Direito Público é muito difícil imaginar Direito Tributário com tanta proximidade em relação a outras disciplinas do mesmo departamento, em que pese, sejam todas de uma principiologia de Direito Público. Diz que não sabe se terão fôlego para essa discussão, e já vem sustentando que se conseguissem transformar 3 (três) departamentos em 1 (um). Considera que seria um bom ponto de partida para pensarem em critérios que fossem no sentido de unir todos os professores em relação a temas comuns, para onde aponta o futuro, com base nesses novos projetos que tem na Faculdade. Diz que lhe parece que seria a melhor forma de discutir esse tema. O Sr. Diretor diz que já aprovaram os critérios na proposta para CAA com essa divisão de departamentos. O Prof. Dr. Camilo Zufelato considera que experiências poderiam ser trazidas por unidades como o IRI e poderiam ajudar. O Prof. Associado Alessandro Hirata corrobora o que foi dito pelos Professores Associado Rubens Beçak e Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez e diz que se trata de uma situação que precisam de um aumento desse número de cargos oferecidos. Comenta que é um pleito antigo dessa Faculdade, e diz que é fundamental que esse número aumente. É necessário que a Reitoria reconheça o trabalho que vem sendo feito na Faculdade, com a concessão de maior número de cargos para Professor Titular. Considera que a Faculdade deve ser premiada pelas características que apresenta, inclusive o número reduzido de docentes, que permita, também, dentro dessa criticada estrutura departamental, um equilibro maior desse desequilíbrio no que for possível. Lembra que nesse tipo de envolvimento o Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas fez a primeira solicitação de cargo para Professor Titular no ano de 2010, e já estão em 2017. Comenta que ele e o Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho são professores associados desde 2008 e 2010 respectivamente. Considera ser uma longa espera, mesmo que saibam que há uma série de contingências com a crise que enfrentam, que reflete a necessidade de ser contemplados mais cargos para que consigam esse desenvolvimento pleno da Unidade, pois isso faz parte da consolidação da

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487 488

489

490

491

492

493

494

495



Faculdade, sem desmerecer nenhum dos professores titulares externos da Congregação, mas se a Congregação prevê 5 (cinco) professores titulares em sua composição como mínimo, a ideia e de que tenham esses cargos na Unidade. A Profa Dra Fabiana Cristina Severi considera que o debate ficou mais rico do que imaginava diante das ponderações que foram colocadas. Considera que as discussões do Projeto Político Pedagógico da Faculdade atual, por incrível que pareça, conseguiu impactar também na discussão sobre o Projeto Político Pedagógico em outros cursos de direito do Estado. Comenta que a própria Faculdade de Direito do Largo São Francisco, por meio de contato de muitos alunos e docentes, teve como inspiração o processo de discussão e aprovação o Projeto Político Pedagógico da Faculdade, bem como o texto para aprovação de projetos recentes. Diz que a Unesp, senão começou, vai começar um ciclo de discussão de seu Projeto Político Pedagógico com muita influência do que se passou nessa Unidade, um debate ampliado, e uma série de discussões para dizer que nesses 10 (dez) anos já foi mostrado o potencial da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, na região e no Estado. Lembra que o Prof. Titular José Lino Oliveira Bueno colocou a questão da desconexão entre o ensino jurídico e a prática profissional política e jurídica fora dos cursos direito, na vida real. Considera que é uma questão que devem se preocupar e estão em um momento muito complicado do país, e são muitos os docentes da Congregação que participaram ativamente de vários debates públicos, apontando a série de riscos que o estado democrático de direito tem passado recentemente. Comenta que os cursos de direito tem relação com tudo isso e eles podem impactar de alguma forma nesse cenário. Se pegarem a lista de muitas das personalidades envolvidas em escândalos ou grandes movimentações políticas nos últimos meses, envolvem ex-professores ou professor de direito e muitos deles eram da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Diz que o curso realizado aqui, suas práticas, o que aprenderam e produziram, está, também, impactando de uma forma positiva ou negativa nos arranjos políticos externos. Diz, ainda, que a velha política está aos olhos de todos mostrando que está em crise. Muitos sabem dos efeitos da realidade da velha política, mas a partir das transcrições das conversas telefônicas das grandes personalidades políticas do país, nos espaços de deliberação onde estas pessoas deveriam construir as decisões que definem o rumo da população em geral. Considera que na velha política as decisões mais importantes não são tomadas no espaço central e sim em uma rede fora desse espaço, a rede das relações privadas, afetivas, amizades e outras. Diz estar falando tudo isso, pois essa vaga de Professor Titular é um

497

498

499

500 501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

ponto, mas também estão em um momento de redefinição de uma série de outros cargos, de outras representações na própria Unidade, em que podem avançar na construção de outras práticas políticas para definição dessas representações. Com relação a esse total, já tinha conversado com o Sr. Diretor, que colocou a (2) duas sessões atrás uma ideia de começarem um debate ampliado, com base nos relatórios de gestão de cada um dos membros de comissão, de chefias de departamento com a comunidade mais amplas da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, para que os próximos candidatos e candidatas possam, também, estabelecer propostas com base nesses relatórios e possam fazer um debate ampliado dessas questões. Considera, nesse caso da vaga, que é para um docente que atuará dentro de curso que passou por um processo de redefinição de suas diretrizes políticas muito recentemente e teve participação de quase 80% de discentes, e a sua sugestão pontual quanto essa questão é que a definição do perfil e do departamento escolhido seja um debate ampliado com a participação dos outros 2 (dois) segmentos, discente e servidores não docentes. O Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias considera que essa é uma das poucas vezes em que a Congregação efetivamente transcende apenas a mera tarefa burocrática e passa a discutir algo que é central para o futuro da Unidade. Comenta que essa é uma discussão que já deveriam ter feito antes quando, já por 2 (duas) vezes, a Unidade foi instada para apresentar projetos de desenvolvimento, e nas 2 (duas) o resultado das discussões não serviu de guia para resolver o problema atual. Partindo do pressuposto que a Universidade leva a sério critérios objetivos e públicos de atuação, mesmo levando em conta que política e articulação são importantes para conseguir um cargo de Professor Titular para Unidade, diz parecer que a Unidade definisse melhor a necessidade que tem desses cargos do que as necessidades que alguns dos professores têm na vinda desses cargos. Considera que assim teriam mais sucesso na quantidade cargos atribuídos a Unidade. Considera, ainda, que seria uma tarefa do perfil de Professor Titular que enviaram, mas, participou da discussão desse perfil e se lembra de ter externado a crítica durante as conversas, de que o perfil apenas mostra apenas alguém que merece ser Professor Titular. Diz que, neste sentido, serve mais de barreira para impedir que não preenche perfil de concorrer a vaga, do que definir qual o perfil de Professor Titular que a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto precisa. Considera que esse texto de perfil e projeto dos departamentos deveria contemplar isso e teriam mais facilidade em demonstrar porque precisam de um Professor Titular. Comenta que a Faculdade ganharia muito com isso, se deixassem claro e cobrassem daqueles que vierem a ocupar a função de Professor

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

538

539

540

541

542

543

544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557



Titular, qual a tarefa que se espera deles, além dos bônus que traz esse cargo, bônus políticos, econômicos, acadêmicos, reputação interna e externa. Esclarece que o cargo de Professor Titular é um cargo público que também corresponde a uma função pública. Pondera o motivo pelo qual a FDRP precisa de um Professor Titular, pois deve ser um líder de pesquisa, articular a atuação dos demais docentes. Em alguma medida, nessa Universidade que ainda se pressupõe de modelo humboldtiano, o titulo deve ser um líder de pesquisa que saiba trabalhar com os colegas, que saiba liderar pesquisas conjuntas, definir pautas de pesquisa e nesse sentido, superar a realidade que vivem na Universidade de ser um rebanho de vacas desgarradas, cada uma indo para um lado, todas pastando de maneira desorganizada sem articulação. Considera que na origem do cargo de Professor Titular essa era a ideia, e em alguma medida, isso se perdeu, mas talvez possam retomar a partir dessa discussão. Ressalta que essa é uma discussão que interessa não somente aos docentes, na medida em que é um cargo público, interessa também ao restante da comunidade da Unidade que deve estar inserida nessa discussão. O Prof. Titular Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira diz, pela experiência que tem no IRI, que as falas dos professores estão corretas, pois a Faculdade merece mais claros, e deve brigar por isso. Comenta que a experiência do IRI começou com as áreas, pois não há departamentos, e a lógica era a distribuição de cargos de Professor Titular por áreas. Lembra que houve uma intensificação dessa demanda, que começou por direito, depois ciência política, e agora estão refluindo para a ideia de não haver atribuição por áreas, pois a Congregação aprovou essa ideia. Considera que o equivalente aqui seria a ideia de não haver concursos interdepartamentais. Comenta que não sabe se pode haver algo assim, mas no IRI estão caminhando com a ideia de não haver alocação por área para permitir que todos tenham chance, a partir do perfil e do mérito. O Prof. Associado Gustavo Assed Ferreira cumprimenta o Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias por suas palavras e diz que tem a mesma opinião. Diz que diante de um debate tão franco e aberto ouviu atentamente as falas dos colegas e em todas as manifestações fica pensando na quantidade de cargo, o pedido foi feito em 2010. Diz saber do esforço do Sr. Diretor nessa gestão e acompanhou a luta do mesmo em pedir cargos e lembrou do expresidente Janio Quadros que disse que "forças ocultas o derrubaram da Presidência da República". Diz que chega a ter um pouco de mania de perseguição com esse assunto, mas tem certeza de que não há nenhuma força oculta impedindo que os cargos venham a esta Unidade. Considera que é a hora, após a eleição do novo Reitor, do novo momento da Reitoria da USP,

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578579

580

581

582

583

584

585

586

587

que a partir da fala do Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias, se mobilizem também, não só para demonstrar a necessidade e o motivo desses cargos, mas também que façam um esforço político sério junto a Reitoria demonstrando que uma escola que em tão pouco já consegue ter um sucesso tão grande merece um número maior de cargo. Pede desculpa se seu discurso é meramente quantitativo, mas também se trata de paridade e quantidade, pois entrou nessa Faculdade em 2009, e ouviu que essa Unidade era uma nova USP, e realmente realizaram uma nova USP, de sucesso, como a velha USP também o é, mas por um caminho muito mais rápido. Considera que esse reconhecimento deve vir. Pondera que o que vale para as outras unidades em termos quantitativos tem que valer para a FDRP também. O Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho complementa que no sistema federal de ensino superior existe uma prática largamente referendada e exigida pelos tribunais, de que as bancas de admissão de livres-docentes tenham baremas que orientem o trabalho da banca no que diz respeito a avaliação do memorial. Sugere que também discutam publicamente que todos os concursos da Faculdade tenham baremas que sejam objetivamente publicados no Diário Oficial para que a pessoa saiba o que precisa fazer para corresponder ao perfil desejado pela instituição pública para candidatar aquele cargo. A Profa Associada Cíntia Rosa Pereira de Lima comenta que a 2 (dois) dias atrás no julgamento de um memorial do concurso para Livre-Docência, uma das professoras da Banca perguntou isso, se havia essa valutação no Regimento da USP para avaliar o memorial de um candidato. Diz que corrobora com a sugestão do Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, para que haja mais transparência nesses concursos, e a pessoa saiba o que tem que fazer para concorrer àquele cargo. O Sr. Diretor comenta que há uma comissão para reformular o Regimento da Unidade, que é presidida pelo Prof. Associado Thiago Marrara de Matos, e isso talvez, possa ser objeto de discussão, a medida que não afronte o Regimento Geral da USP. O Prof. Associado Thiago Marrara de Matos comenta que fizeram um reunião inaugural da Comissão de Reforma do Regimento, e marcaram um cronograma de quatro reuniões para tentar oferecer uma proposta. Diante dessas discussões importantíssimas de estrutura departamental, solicita a todos que fiquem muito a vontade para enviar sugestões para a modificação ou aprimoramento do regimento. Quem quiser participar, está ao seu critério participar das reuniões e considera que podem fazer isso abertamente, pois apesar de terem seus membros quem quiser participar da discussão será bem-vindo. Comenta que existe a possibilidade de rever esses recortes

590 591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616617

618

619



departamentais. Diz que, particularmente, tem algumas preocupações com a extinção de departamento, pois, isso gera uma sobrecarga das comissões e diretoria, e devem realmente pensar se vale a pena, mas a comissão está evoluindo. 4. REPRESENTAÇÃO DISCENTE. 4.1. – PERMANÊNCIA DOS REPRESENTANTES DISCENTES SUPLENTES DE GRADUAÇÃO NA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO. O Sr. Diretor esclarece que esse assunto foi provocado pela representação discente, e teve uma reunião prévia com eles, sem entrar no mérito, apenas mencionou artigos do Regimento Geral e Estatuto da USP que estabelecem de uma forma muito clara que a participação cabe ao membro titular, e somente na sua ausência que poderia ser o suplente. Diz que existe um parecer da Procuradoria Geral da USP a esse respeito. Esclarece que a interessada, na ocasião, foi a FEARP, e em um dos parágrafos do parecer diz: "...cabe ressaltar que suplente de membro de colegiado não é membro, portanto não pode ser eleito coordenador...". Considera que existe uma manifestação nesse parecer que suplente de colegiado não é membro. Considera, ainda, que na qualidade de gestor encaminhou esse material aos alunos, e a questão está em aberto e concede a palavra à representação discente. O Representante Discente Yan Bogado Funck diz que vai ler um parecer que ele e o seu suplente fizeram. Diz que gostariam de propor que os suplentes também participassem da reunião da Congregação e levantaram essa questão, pois apesar do Sr. Diretor concordar materialmente com a participação dos suplentes, não se sente confortável em permitir essa participação já que há parecer da Procuradoria Geral que diz que membros do colegiado entende-se apenas como titulares e os suplentes na ausência destes. Para tanto o Sr. Diretor os disponibilizou documentos onde estão compreendidas essas questões. São eles o Regimento Geral da USP, Regimento Interno da FDRP e uma parecer da Procuradoria Geral da USP que trataria sobre o tema. Em análise a esses textos verificaram que prescrevem que o acesso ao órgão deve ser feito pelos seus membros, e não especificam quem seriam. Não há nenhuma legislação que trata sobre esse ponto, assim o parecer disponibilizado foi um questionamento realizado pela FEA sobre a possibilidade de ser o docente aposentado acerca do mandato do coordenador eleito, enquanto mandato tampão. Neste parecer a procuradoria trabalha a temática da nomeação de suplente como membro de forma marginal, e alusivo a normativas referentes a Comissão Coordenadora de Programas e não à Congregações. Assim aquelas normativas especificam em sua redação que os suplentes não são membros, portanto, o parecer não pode ser utilizado para o contexto almejado, por não tratar do órgão em voga, e

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

645

646

647

648

649

650

também por não fundamentar a parte que específica o suplente como não sendo membro do Colegiado. Afinal, segundo a doutrina administrativa todo ato deve ser fundamentado para que não seja nulo e o parecer traz simplesmente que suplente de membro de colegiado não é membro, portanto não pode ser eleito coordenador, ou seja, sem fundamentação, e repetem que essa é uma normativa não aplicável nesta Unidade. Tendo em consideração todo esse fato legislativo realizaram as seguintes consideração sobre participação de suplentes nas reuniões da Congregação. Primeiramente em relação a Constituição Federal que preconiza o Estado Democrático de Direito como modelo admitido no país, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que em seu artigo 56 materializa este princípio para instâncias de educação superior ao determinar que a gestão será democrática. Tem a convicção que a ampla participação por meio de representantes eleitos é a primeira e mais elementar garantia neste modelo de sociedade, em seguida, salientar que nos demais colegiados e departamentos é fundamental que os suplentes possam participar, uma vez que precisam saber o que está sendo discutido. Em relação às reuniões da Congregação já é feita a transmissão ao vivo, o que minimizaria esse problema, contudo, ainda restam problemas não solucionados que dificultam o devido acompanhamento do suplente. Problemas de áudio, cortes na transmissão, e atraso em relação ao tempo real acabam por dificultar uma participação efetiva junto ao titular. Além disso, o acompanhamento das reuniões permite que o suplente, muitas vezes inexperiente em reuniões de colegiado ganha habilidade para um dia torna-se titular e, portanto o porta-voz legítimo dos alunos. A participação dos suplentes nos colegiados não é apenas um direito democrático, mas também uma atividade pedagógica para o discente de direito que em breve tempo terá como atribuição profissional esta função e não encontra em sua formação curricular o espaço para estas atividades, nem mesmo em caráter simulado. Dessa maneira a não obstacularização desta possibilidade de participação e ato de verdadeiros educadores, também é de extrema importância a participação dos suplentes, uma vez que são 4 (quatro) eleitos para aproximadamente 500 (quinhentos) discentes da graduação, devendo igualmente adicionar esse número pelo menos 10 (dez) entidades estudantis que atuam na FDRP, ou seja, pode conversar durante a reunião colocando um maior número de demandas que atingem este grande número de discentes e entidades, ou entrar um contato com quem se fizer necessário enquanto o titular segue o acompanhamento da reunião. Por fim, podem debater qual seria o melhor posicionamento que poderiam tomar que justifique os votos que representamos, ou seja, a

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

dinâmica de participação discente é mais complexa que a dos docentes e exige um trabalho muito mais amplo do que a simples exposição de posicionamentos, atividade feita pelo titular, mas uma atividade intensa de consulta aos discentes e demanda será atividade desempenhada pelo suplente. Por todo o exposto entendem que o suplente, a despeito do posicionamento equivocado da Procuradoria em considerá-lo como não membro, é interessado em todas as reuniões da Congregação e poderia ser enquadrado no artigo 9º inciso 2º por prestar esclarecimento aos discentes sobre os temas debatidos no referido colegiado. O Prof. Associado Thiago Marrara de Matos diz que se manifesta favoravelmente ao pedido, pois, como a Congregação já é transmitida online para o mundo todo, e o fato do suplente estar na reunião, sem efeito de voz e voto e sem que isso seja um dever, gera o efeito positivo desse suplente obter as informações necessária para interagir, caso o membro titular não esteja presente em determinada reunião. Considera que a proposta é bastante importante e não traz efeito negativo. Diz que a Faculdade de Direito deve dar alguns exemplos, pois a Universidade insiste em normas que não fazem sentido. Reitera que não deve ser um dever, o suplente comparece se quiser. O Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias diz que gostaria de discutir a questão do parecer da Procuradoria Geral da USP, pois, lhe parece que o objeto daquele parecer era claramente a possibilidade de um suplente de um colegiado ser eleito como um presidente ou como suplente de presidente, ou se o suplente do presidente automaticamente seria o suplente da presidência de um colegiado. Considera que quando o parecer diz que o suplente não é membro está se referindo a uma categoria diferente do que o membro como suplente dos representantes discentes, ou seja, que não é membro no sentido de não ser elegível para uma comissão formada pela Congregação, mas ele é claramente membro no sentido de que tem que estar atualizado das discussões. Considera muito salutar essa prática de permitir que o suplente acompanhe as discussões para quando precisar exercer a suplência, possa desempenhar sua função adequadamente. Considera, ainda, que mesmo com base no parecer, poderia afastar esse precedente, pois, lhe parece que se refere a uma situação diferente, não a que estão discutindo agora. Esclarece que os suplentes dos discentes não estão pedindo para exercer um cargo em uma comissão, então lhe parece seguro e correto fazer a interpretação do parecer, considerando que o suplente não é membro, mas não no sentido em que querem dar para o suplente na interpretação da regra na presença na Congregação. Considera que seria melhor se o parecer dissesse que o membro não é elegível para aquele cargo. O Prof. Associado Alessandro

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695 696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

Hirata diz que manifesta-se nesse mesmo sentido de interpretação do Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias, vendo que esse parecer é para um determinado caso de ser eleito para o presidente de uma comissão, já que acontece muito nos conselhos das Pró-Reitorias e já passou por várias dessas situações. Diz que na verdade tinha sempre a desculpa de não ser membro que não ser eleito para algum tipo de câmara ou comissão nesses casos. Comenta que na chefia de departamento, não só o suplente dos discentes participam das reuniões, como também tem direito a voz, mas a voto não devido a estrutura dos conselhos, e diz que isso é extremamente saudável. A Representante dos Servidores Técnicos e Administrativos Daniela Veríssimo Gomes diz que gostaria de confirmar toda a solicitação para a categoria de Servidores Técnicos e Administrativos, pois seria muito importante a presença da suplente, que é a Servidora Ariadne Pereira Gonçalves, para participar das discussões e estar mais a par dos assuntos, pois como bem disse o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos, eles são as categorias subrepresentadas nesse Colegiado. O Senhor Diretor diz que sempre foi favorável à participação, que não é compulsória, não tem direito a voz e voto, pode participar. Trouxe a questão ao Colegiado para aprovação para que não ocorra riscos com a novidade de participação de suplentes na reunião. A Profa Cintia Rosa Pereira de Lima diz que é protagonista de maior participação discente. A FDRP já foi exemplo na Pró-Reitoria de Pesquisa, assim como na Comissão de Pesquisa e também no Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, porque não na Congregação também. Concorda com o pleito. Em seguida o Senhor Diretor coloca o item em votação, sendo aprovado por unanimidade, a participação dos representantes suplentes discentes, bem como dos servidores técnico-administrativos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião às 16h50. Márcia Aparecida Cruz de Oliveira Bianco, Do que, para constar, eu, Assistente Técnica Acadêmica, lavrei e digitei esta Ata, que será examinada pelos senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, 12 de maio 2017.

714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728729

730

731

732

733

734

735 736

737 738